



PLANO DE TRABALHO

Introdução

O presente Plano de Trabalho visa a organizar o funcionamento da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.167/2023, que *“Prorroga o prazo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”*.

A medida provisória submetida à análise deste colegiado objetiva prorrogar a vigência da antiga legislação aplicável a licitações e contratos administrativos. A Lei 8.666/93 (lei de licitações), a Lei 10.520/02 (Lei do Pregão) e os art. 1º a art. 47-A da Lei 12.462/11 (que tratam do RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas) ficam vigentes até 30/12/2023.

A providência é necessária, dentre outros aspectos, porque o rompimento da ordem jurídica posta poderia gerar insegurança a inúmeros gestores de estados e municípios que ainda não detêm a estrutura administrativa necessária para dar cabo de modo pleno dos ditames da Lei 14.133/21 (NLLC - Nova Lei de Licitações e Contratações). A MP também tem o caráter assecuratório para as compras públicas do Brasil e para o mercado que, em tese, pode ter dificuldade para enfrentar os novos procedimentos.

Como detalhamento, destaca-se o seguinte:

- **A autoridade pode optar por licitar com base na Lei 14.133/21 OU nas normas antigas, desde que:**
 - a) a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra **até 29/12/2023**; E
 - b) a **opção escolhida** seja **expressamente indicada** no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.
- **É vedada a aplicação combinada das normas.**



Anteriormente: Até a edição da MP 1167, **a opção** de licitações e contratações com base na Lei 14.133/21 ou na legislação antiga **ocorreria até 01/04/2023**. A partir de então valeria apenas a Nova Lei de Licitações e Contratações – NLLC (a nova lei havia dado o prazo de 2 anos para os gestores públicos se adaptarem às novas regras).

Anota-se que tal moção não tem o condão de protrair a aplicação da Lei referida acima, mas tão somente permitir por nove meses a convivência entre as legislações, mirando que os legislados possam adaptar as suas estruturas e se capacitar em seus próprios regulamentos e sistemas de informação e, para mais, mitigar impactos negativos na economia nacional, visto que as compras públicas movimentam a órbita de 12% do PIB do Brasil.

Para viabilizar o importante debate, este plano de trabalho propõe, na sequência adiante discriminada, 02 (duas) audiências públicas e uma última reunião voltada à apresentação do parecer do relator, à discussão da matéria e à deliberação em torno do assunto.

I - REUNIÕES DE TRABALHO

As reuniões de audiência pública da Comissão Mista ocorrerão, preferencialmente, às terças-feiras e quartas-feiras.

II - ETAPAS DE TRABALHO

O debate e a apreciação da MPV 1.167, de 2023, deverá ser precedido e instruído por audiências públicas.

Sugerimos a realização de reunião para audiência com representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM); Associação Brasileira de Municípios (ABM); do Tribunal de Contas de União (TCU) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos como audiência pública



introdutória à matéria. Na sequência, propomos que seja prevista uma audiência com representantes da sociedade civil a serem sugeridos pelos membros deste colegiado à secretaria da comissão até as 19h desta quarta-feira (31/05/2023). Após as audiências, é apresentado o parecer, passa-se à discussão e votação do relatório.

Apresenta-se o seguinte cronograma para os trabalhos da Comissão Mista, a juízo da Mesa:

☐ **31/05/2023, às 14h30min:** Apresentação do Plano de Trabalho e deliberação de Requerimentos.

☐ **06/06/2023, às 14h30min:** PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM);
- Representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP);
- Representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

☐ **14/06/2023, às 10h30min:** SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Representantes da Sociedade Civil a serem sugeridos.

☐ **04/07/2023, às 14h30min:** APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DO PARECER

Sala da Comissão, em de de 2023.

Relator da Medida Provisória n. 1.167/2023